

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

Organizar o contrapoder popular [Organize the popular counterpower]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Konder Comparato, Fabio
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-05-17 00:42:26
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163362

Mas há uma terceira posição, além do fundamentalismo religioso e a tolerância liberal. Voltemos à distinção “politicamente correta” entre fundamentalismo islâmico e o Islã: Bush e Blair (e também Sharon) não esquecem nunca de elogiar o Islã como uma grande religião de amor e tolerância que nada tem a ver com os horríveis atentados terroristas. Assim, como esta distinção entre o Islã *bom* e o terrorismo islâmico *ruim* é falsa, seria necessário problematizar também a típica distinção *radical-liberal* entre judeus e o estado de Israel ou sionismo, isto é, a tentativa de alargar o espaço no qual os judeus e os cidadãos judeus de Israel possam criticar a política do estado de Israel e a ideologia sionista não somente sem serem acusados de anti-semitismo, mas baseando a sua crítica sobre a sua apaixonada relação com o judaísmo, sobre aquilo que eles têm como algo que precisa ser salvo da herança judaica.

Mas isso é suficiente? Marx disse a propósito do *petit-bourgeois* (pequeno burguês) que ele vê em cada objeto dois aspectos, o bom e o ruim, e busca reter o bom e combater o mau. Seria preciso evitar o mesmo erro ao tratar do judaísmo: o “bom” judaísmo levinasiano [Refere-se ao filósofo E. Lévinas] da justiça, do respeito e da responsabilidade no confronto com o outro etc, contra a ‘má’ tradição de Jeová, os seus acessos vindicativos e a violência genocida contra o povo vizinho. Precisaria ter a coragem de transferir o dilema, a tensão, no coração mesmo do judaísmo: não se trata mais de defender a pureza da tradição judaica da justiça e do amor pelo vizinho contra a asserção agressiva sionista do estado-nação. Do mesmo modo, ao invés de celebrar a grandeza do verdadeiro Islã contra o seu uso errado por parte dos terroristas fundamentalistas ou deplorar o fato de que, de todas as grandes religiões, o Islã é a que mais resiste à modernização, seria necessário ver esta resistência como uma chance: ela não leva necessariamente ao *fascismo islâmico*, mas pode se articular com um projeto socialista. Precisamente porque hospeda as piores potencialidades de uma resposta fascista à nossa situação presente, o Islã pode também revelar-se como o lugar das potencialidades *melhores*. Ao invés de procurar redimir o núcleo puramente ético de uma religião contra as suas instrumentalizações políticas, seria necessário criticar implacavelmente o próprio núcleo – em todas as religiões. Hoje, quando as próprias religiões (da espiritualidade New Age ao fácil hedonismo espiritualista do Dalai Lama) estão mais do que prontas a servir a busca pós-moderna do prazer, paradoxalmente, somente um materialismo coerente é capaz de sustentar uma posição ética militante verdadeiramente ascética.

Análise de Conjuntura

ORGANIZAR O CONTRAPODER POPULAR

Por Fábio Konder Comparato

*Reproduzimos o artigo de Fábio Konder Comparato, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 22/2/2004. Fábio Konder Comparato é jurista, doutor pela Universidade de Paris, professor titular da Faculdade de Direito da USP e doutor honoris causa da Universidade de Coimbra. De Fábio Konder Comparato, os leitores e leitoras podem conferir um artigo no **IHU On-Line** número 68, de 28 de julho de 2003, uma entrevista na 71ª edição, de 18 de agosto de 2003 e um artigo na 87ª edição de 9 de dezembro de 2003.*

A ruína moral que se abateu sobre o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores, abalando sobretudo o coração da juventude, não nos deve conduzir ao abismo da indiferença e do ceticismo. O que está em jogo é o bem comum de todos nós, e não apenas a reputação dos

governantes e dos partidos. Importa, pois, antes de tudo, tirar do episódio a lição necessária, e saber introduzir, na prática e nas instituições políticas, as mudanças indispensáveis que o bom senso aconselha.

"É uma experiência eterna", advertiu Montesquieu em conhecida passagem do "Espírito das Leis", "que todo homem que detém o poder é levado a dele abusar; ele vai até onde encontra limites". "Quem diria! Até a virtude tem necessidade de limites." Dura verdade, que os atuais Estados fundamentalistas têm sobejamente demonstrado. Com efeito, dificilmente resistimos às seduções do poder, às suas pompas e às suas glórias. "Não há coisa que mais mude os homens", observou saborosamente o padre Vieira, "do que o descer e o subir; e o subir muito mais do que o descer". Daí porque Montesquieu só encontrava remédio para a tendência universal ao abuso de poder político na montagem institucional de um mecanismo de poderes e contra-poderes. "É preciso que, pela própria disposição das coisas, o poder freie o poder." Já não se trata, portanto, de confiar cegamente nos homens, mas de saber que qualquer um de nós, quando no poder, é facilmente levado ao desatino, se não for convenientemente enquadrado pelas instituições políticas.

Acontece que o sábio francês raciocinava no quadro da ação política exercida por meio de representantes dos governados. Isso era, sem dúvida, um progresso em relação às práticas absolutistas do passado, mas revela-se hoje, em tempos de democracia participativa, algo de muito insuficiente. Sabemos todos que o "Estado democrático de Direito", mencionado na Constituição, não passa, em nossa triste realidade, de uma peça de ficção política. A democracia pressupõe a atribuição efetiva (e não apenas simbólica) da soberania ao povo, devendo os órgãos estatais atuarem como meros executores da vontade popular. Entre nós, esse esquema funciona em sentido inverso. A soberania pertence de fato aos governantes, que vivem numa espécie de estratosfera ou círculo celeste, onde são admitidos, tão-só, os que detêm algum poder econômico ou alguma influência junto ao eleitorado ou à opinião pública. Todos os demais cidadãos são confinados cá embaixo, como simples espectadores, pois os governantes de há muito lograram transformar a representação política em representação teatral: eles encenam, perante o povo, a farsa do rigoroso cumprimento da vontade eleitoral. Em suma, temos todo um sistema de poder estatal, mas nenhuma forma organizada de contra-poder popular diante dele.

Ora, numa democracia autêntica, a ação política não se desenvolve apenas no nível do poder estatal, com o objetivo de conquistá-lo ou mantê-lo. Ela deve também exercer-se diretamente pelo próprio povo, perante todos os órgãos do Estado, não só para fiscalizá-los, denunciar os crimes, desvios, imoralidades e omissões, mas também para que o povo tome por si, e não por meio de representantes, as grandes decisões políticas, aquelas que empenham o futuro da coletividade em todos os níveis: local, regional e nacional.

Na esfera do Estado, são incontestavelmente os partidos políticos os grandes instrumentos de representação popular. Mas ainda não conseguimos criar um sistema organizado de agentes políticos que atuem, com o povo, como instrumentos de contra-poder perante os órgãos do Estado. Vai, pois, aqui a idéia de criar um consórcio das organizações não-governamentais dedicadas, exclusivamente, à tarefa de atuar como agentes desse contra-poder popular. O povo soberano teria assim, a seu serviço, um instrumento político capaz de promover protestos e campanhas de opinião pública, bem como de utilizar, da melhor maneira, os escassos mecanismos de denúncia e responsabilização dos agentes públicos existentes em nosso sistema jurídico: ações populares, ações civis públicas, representação ao Ministério Público por improbidade administrativa ou práticas criminosas em geral, denúncias de crimes de responsabilidade visando ao impeachment. O consórcio poderia também incumbir-se de promover iniciativas populares legislativas e de apresentar, para os órgãos competentes,

propostas de mudança constitucional ou de realização de plebiscitos e referendos. A sua atividade completar-se-ia com a realização anual de um Fórum Nacional da Cidadania, em que seriam discutidas propostas concretas de atuação política. O que importa, antes de tudo, é que saibamos lutar contra a nossa velha doença - a falta de civismo -, que o nosso primeiro historiador, frei Vicente do Salvador, já denunciava na primeira metade do século 17: "Nem um homem nessa terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular".

ELIO GASPARI ENTREVISTA FÁBIO COMPARATO

*Complementando o artigo acima, reproduzimos do jornal **Folha de S. Paulo**, de 29 de fevereiro de 2004 uma entrevista realizada por Elio Gaspari a Fábio Konder Comparato, professor de Filosofia do Direito da Universidade de São Paulo.*

O senhor publicou um artigo na Folha de S. Paulo onde diz que, diante da "ruína moral" da administração federal petista, é necessária a criação de um "contrapoder popular" para aperfeiçoar a organização política do Brasil. O que seria isso?

Nós temos excelentes exemplos de organização da sociedade. No campo dos direitos do consumidor, com o IDEC. Na defesa e na vigilância da moralidade pública, com o Transparência Brasil. Acima de todos, pela amplitude, o Movimento dos Sem-Terra. Temos ainda magníficos exemplos de organização de comunidades. Proponho que essas entidades se agrupem numa federação, unidas em torno de princípios básicos, com lideranças afastadas da competição eleitoral. Para funcionar, precisa ser simples, leve. Trata-se de organizar um contrapoder popular sem semelhanças com os partidos políticos. É preciso aproximar as pessoas em torno de propostas, sem projeto de exercício do poder formal. A federação de ONGs seria um instrumento de controle democrático do poder. Minha experiência nas dez Escolas de Governo que funcionam no país ensinou-me que há milhares de jovens desencantados com os partidos, querendo fazer alguma coisa pelo país. Somos uma nação fundada pelo Estado. Quando Tomé de Souza desceu em Salvador, em 1549, ele trazia um regimento geral de governo onde previa-se tudo. Tinha consigo um ouvidor-geral, um provedor-geral. Tinha tudo, menos o povo, fisicamente ausente, porque o índios não eram vistos como gente e os brancos mal tinham chegado. O que falta para a política brasileira funcionar normalmente é a organização do povo.

Ao falar em "ruína moral" o senhor não pegou pesado?

Hesitei muito para usar essa expressão, sobretudo a palavra ruína. Pensei que pudesse dizer "abalo moral", mas me convenci de que não podia fazê-lo. Não podia porque um abalo moral é algo remediável e, infelizmente, estou convencido de que houve uma quebra definitiva da confiança dos militantes em relação ao governo. Esse é um elemento irremediável. Há o argumento de que nada se fez que os outros já não tivessem feito. Ele agrava a questão, pois se confiava num governo exatamente porque não se confiava nos outros. Confúcio ensinou que o governante precisa dar três coisas aos súditos: comida, segurança e confiança. Uma só coisa ele não podia retirar: a confiança. Quando usei a expressão "ruína", senti muita dor. Eu mantinha a esperança, mas ela se acabou.

O que vem a ser esse "contrapoder popular"?